

# **CÂMARA MUNICIPAL**

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 19/2018**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018**

(Contém 17 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 19/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 6 de setembro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, porque não esteve presente naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



**ANTES DA ORDEM DO DIA:****VOTOS DE CONGRATULAÇÃO:**

O Senhor Vice-Presidente apresentou dois votos de congratulação, a André Branquinho e José Raimundo, de forma a reconhecer o contributo de ambos para a valorização do Concelho da Lagoa, que abaixo se transcrevem:

**“VOTO DE CONGRATULAÇÃO - ANDRÉ BRANQUINHO**

André Branquinho, natural da Lagoa, revelou, desde tenra idade, uma enorme paixão pelo futebol, integrando o Clube Operário Desportivo aos 12 anos de idade, como atleta.

André Branquinho orientou todos os escalões de formação do COD, tendo-se estreado como treinador principal da equipa sénior masculina na época 2012/13.

O Técnico deixa agora a equipa no Campeonato de Futebol dos Açores para dar formação numa Academia de Futebol, na cidade de Shaanxi, na província de Zhangye, na China.

Ao longo dos 22 anos em que esteve ao serviço do Clube Operário Desportivo, André Branquinho demonstrou sempre grande profissionalismo, não só como atleta, mas sobretudo como Técnico na transmissão de conhecimentos aos atletas, com quem manteve sempre um bom relacionamento interpessoal com todos e onde a amizade foi a sua marca.

André Branquinho é considerado por todos os lagoenses, não só pela prestação como profissional, mas sobretudo pela grande dedicação ao COD.

Para além de ter sido um verdadeiro mentor de jovens atletas, foi também responsável pelo alcance de bons resultados competitivos por parte do Clube Operário Desportivo, que contribuíram, similarmente, para fazer deste clube lagoense uma referência a nível regional e nacional, contribuindo assim para a divulgação e projeção do concelho de Lagoa além-fronteiras.

Deste modo, considerando o seu prestimoso contributo em prol da formação e do sucesso do Clube Operário Desportivo e da consequente cooperação no desenvolvimento desportivo local ao longo de vinte e dois anos e, sendo dever do município reconhecer aqueles que contribuem para a valorização do concelho da Lagoa, proponho que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de congratulação ao Técnico André Branquinho;
- Dar conhecimento do presente voto ao Clube Operário Desportivo.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que concorda integralmente com o teor do voto de congratulação apresentado. Expôs que é com gosto que se vê que Lagoenses se vão destacando em diversas atividades, quer em áreas empresariais quer desportivas, onde André Branquinho com profissionalismo, amizade e humildade fez chegar a sua mensagem a quem treinou.



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o voto de congratulação ao Técnico André Branquinho;

2.º Dar conhecimento do presente voto de congratulação ao próprio e ao Clube Operário Desportivo.

**“VOTO DE CONGRATULAÇÃO A JOSÉ RAIMUNDO PELA ORGANIZAÇÃO DO  
CAMPEONATO EUROPEU DE PATINAGEM ARTÍSTICA**

José Raimundo, presidente da Associação de Patinagem de São Miguel (APSM), foi o principal impulsionador da realização do Campeonato da Europa de Patinagem Artística 2018, que decorreu na cidade da Lagoa e que contou com o alto patrocínio da Câmara Municipal de Lagoa.

Considerando o seu incansável empenho na organização deste evento que trouxe à Lagoa 465 pessoas oriundas de vários países da Europa, das quais: 250 atletas; 176 elementos do staff, designadamente treinadores, dirigentes, médicos e fisioterapeutas; 23 juizes; 7 elementos da Federação e 9 elementos do Comité Europeu, bem como os acompanhantes, estimando-se uma afluência de cerca de 600 pessoas;

Considerando que este foi um momento único e histórico para a Patinagem Artística Açoriana e para o concelho de Lagoa que foi o palco deste evento;

Considerando que o Campeonato Europeu de Patinagem Artística 2018 foi reconhecido como “o melhor Europeu de sempre”, trazendo renome para a Patinagem açorina, para a Região e para a Lagoa em particular;

Considerando ainda a participação do patinador açoriano do Clube de Patinagem de Santa Cruz, Daniel Moniz, que representou Portugal nesta prova rainha, onde alcançou um honroso e fabuloso 5.º lugar;

Considerando o elevado mérito do Presidente da Associação de Patinagem de São Miguel, José Raimundo na organização deste Campeonato e, tendo o município o dever de reconhecer aqueles que contribuem para a valorização do concelho da Lagoa, proponho que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de congratulação;
- Dar conhecimento do voto à Associação e Federação Portuguesa de Patinagem.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, mais uma vez, concorda integralmente com o teor do voto de congratulação apresentado e da sua parte aprova-o incondicionalmente.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o voto de congratulação ao José Raimundo, Presidente da Associação de Patinagem de São Miguel (APSM);



2.º Dar conhecimento do presente voto de congratulação ao ao próprio, Associação e Federação Portuguesa de Patinagem.

#### **FIXAÇÃO DA EMPRESA MG CITY:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou informação sobre a fixação da empresa MG City, na zona do Tecnoparque, na Lagoa.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que a empresa MG City tem a sua sede fiscal no edifício do Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel, na Lagoa. Neste momento decorrem negociações entre a empresa MG City e privados para a instalação das indústrias, no Concelho de Lagoa. A indústria de impressão a 4 dimensões será instalada na cave do edifício do Nonagon.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ENTRADA DO SENHOR VEREADOR ROBERTO OLIVEIRA.**

#### **CALOURA BLUES:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que na reunião de 10 de agosto de 2018, solicitaram informação sobre os custos do evento Caloura Blues e perguntou se já têm essa informação.

A Senhora Presidente da Câmara entregou o documento com a informação do custo total do evento Caloura Blues e a receita arrecadada.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LAGOA:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou informação sobre o projeto da valorização do Centro Histórico da Cidade de Lagoa, que foi aberto um procedimento concursal com consulta a um Gabinete externo de Arquitetura. Questionou se já existe um esboço do projeto, pois trata-se de uma situação que as pessoas perguntam, se a Rua 25 de Abril, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, vai ser ou não pavimentada.

A Senhora Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente informou que existe um programa preliminar que está a ser desenvolvido pelo Gabinete de Arquitetura do Arq. Luís Francisco Gomes de Menezes, mas ainda não apresentaram qualquer documento sobre o mesmo. Mais informou que está previsto, ainda esta semana, uma reunião com aquele Gabinete de Arquitetura.



A Senhora Presidente da Câmara referiu que quando tiverem informações sobre o assunto darão conhecimento.

A Câmara tomou conhecimento.

### **AQUISIÇÃO DE VIATURAS:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Câmara Municipal já adquiriu a viatura que estava em falta, no âmbito do processo de aquisição de quatro viaturas em renting.

A Senhora Presidente da Câmara informou que a viatura em falta daquele procedimento foi adquirida em segunda mão, a um privado, pelo valor de 19.500,00 €, com IVA.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se congratula que uma daquelas quatro viaturas tenha sido adquirida da forma como defende, que é pela compra, sendo que o futuro dirá se é a melhor solução. No entanto, em sua opinião, não tem dúvidas que a compra é o melhor formato. Fez votos para quando terminar os contratos de renting das outras três viaturas se repita a sua recomendação.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que este assunto já foi bem debatido em anteriores reuniões.

A Câmara tomou conhecimento.

### **ORDEM DO DIA:**

#### **PRESIDÊNCIA:**

#### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Época balnear encerrou no concelho de Lagoa no passado dia 16 de setembro;
- Piloto de motocross Lagoense João Ponte consagrou-se campeão na classe Mx2;
- Câmara Municipal congratulou atletas do Clube Desportivo Operário de Lagoa;
- Cabouco 100 Limites realizado com sucesso;
- Presidente da Câmara Municipal congratulou chegada de mais um investimento privado à Lagoa;
- Lagoa apresentou candidatura a concurso Municípios do ano Portugal 2018 com o projeto Casa da Água.



A Senhora Presidente informou que estavam previstas diversas atividades náuticas, no Complexo Municipal de Piscinas, para o encerramento da época banhar na Lagoa, mas devido à passagem do Furação Helene nos Açores, naquele fim-de-semana, e ao alerta da Proteção Civil, as mesmas foram canceladas.

A Câmara tomou conhecimento.

### **EDUCAÇÃO E CULTURA:**

#### **PONTO N.º 2 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – O BORBAS:**

Foi presente a proposta de alteração do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

No âmbito de uma reanálise, transversal, de todos os regulamentos municipais do município de Lagoa - na ótica de os aperfeiçoar e tornar mais eficazes -, entendeu-se que havia necessidade e conveniência em proceder a várias atualizações, adaptações, concretizações e alterações ao Regulamento que rege o Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas.

Concretamente considera-se que as crianças entram cada vez mais cedo para o pré-escolar, e que são muitos os pais de crianças com apenas três anos de idade que procuram os CATL's para deixar estas mesmas crianças em períodos não letivos. Neste sentido entendeu-se integrar no nosso centro crianças a partir desta faixa etária.

No artigo 3.º, ponto 1, faltava referir alguns dados importantes que fazem parte da ficha de pré-inscrição e que agora se encontra concretizados. No ponto 2 do mesmo artigo, por uma questão de coerência entendeu-se conveniente alterar a ordem das informações e retirar o contribuinte dos pais, uma vez que o que interessa é o contribuinte dos educandos. Ainda neste artigo, entendeu-se por útil e conveniente acrescentar um ponto, que deve ser o ponto 3, dado já nos termos deparado com algumas incongruências, relativamente a informações fornecidas pelos encarregados de educação. Naquele que agora é o ponto 4, achou-se por bem especificar uma idade limite de frequência do CATL, pois, apesar de se fazer referência a esta, a verdade é que a mesma não estava especificada no Regulamento.

Acrescentou-se também um outro ponto, que passará a ser o 6, para que não existam ambiguidades, aquando da admissão de crianças.

No que concerne ao artigo 4.º, incluiu-se mais um fator que deverá vir em quinto lugar na ordem de critérios de seleção, pois frequentemente os serviços deparam-se com o facto de crianças inscritas há bastante tempo nunca serem admitidas, dado que crianças inscritas mais recentemente têm mais critérios de prioridade. Em situação de empate, a data de inscrição era



o único fator de desempate, não sendo decisivo em algumas situações, pelo que se acrescentou o ano escolar menos lotado, ao ponto 2.

No que respeita ao artigo 8.º, uma vez que haverá alterações relativamente aos lanches, alterou-se o ponto 2 e 3 e eliminou-se/revogou-se o ponto 4.

Alterou-se o artigo 12.º no sentido de se deixar de se enquadrar este como sendo um Regulamento Interno.

No artigo 14.º, ponto 11, estava em falta o período para pagamento das coimas, que agora está especificado. No ponto 16, a nível do português, está-se a contradizer o que acontece na prática. Isto é, há lugar a um desconto na mensalidade, quando é apresentado um atestado por doença, a partir de 5 dias úteis.

No ponto 17, pelo facto de existir no CATL duas crianças que não são irmãs, no entanto pertencem ao mesmo agregado familiar, considerou-se que devem ser equiparadas a uma situação em que dois irmãos frequentam o CATL, beneficiando do desconto de 20% na mensalidade. Acrescentou-se ainda o ponto 18, pois este ano deparamo-nos com uma situação de suspensão, não havendo nada em que nos basear, aquando do cálculo da mensalidade.

Finalmente, no artigo 17.º, ponto 3, em vez da rede social facebook, o que foi criado foi um blog, daí justificação da sua respetiva alteração.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a aprovação da alteração do referido Regulamento Municipal, com a alteração de sete artigos, concretamente os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 8.º, 12.º, 14.º e 17.º, com a sua subsequente submissão à aprovação da Assembleia Municipal.”

A Senhora Presidente informou que esta proposta de alteração visa esclarecer e clarificar alguns pontos do atual Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que no Artigo 4.º Critérios de seleção, o formato que apresenta, em sua opinião, não será o mais adequado, porque não há critérios com pontuação. Defendeu que uma vez que este regulamento está a ser alterado, deve transmitir rigor e transparência e pelo facto daqueles elementos estarem identificados como itens, sem uma ordem de primeiro, segundo, ou terceiro, não dá a devida transparência para esclarecimento de futuros interessados. Acrescentou que nesses espaços há sempre mais candidaturas do que vagas disponíveis e não há uma fórmula matemática para explicar aos pais das crianças que não há lugares disponíveis. Citou, como exemplo, o Regulamento do Lagoa Investe, que tem critérios pontuáveis e, em sua opinião, este regulamento também deveria de ter critérios com pontuação.

A Senhora Presidente informou que os regulamentos das várias Instituições com ATL, CATL, Creches e Jardins de Infância, seguem as normas estabelecidas pelo ISSA para o





funcionamento dessas atividades. Tem conhecimento de outras Instituições que também aplicam aqueles critérios da mesma forma. Citou que o número 1 do Artigo 4.º Critérios de seleção, refere “Sempre que a capacidade do CATL não permita a admissão de todas as crianças inscritas para a frequência das atividades, as admissões serão feitas de acordo com a ordem dos seguintes critérios de prioridade: ...” e defendeu que seguem aquela ordem.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que face à resposta da Senhora Presidente, pode concluir que não estão abertos à possibilidade de haver alterações. Disse que Senhora Presidente fez referência a regulamentos de outras Instituições, mas, em sua opinião, têm de ter abertura e perceber que a atual regulamentação pode não ser um documento perfeito. Cabe a cada um introduzir alterações que fazem sentido e propô-las a Instâncias Superiores que até poderão passar a ser referência.

Acrescentou que está convencido que o critério de pontuação é um critério transparente, com um modelo de matemática que define quem entra primeiro e não deixa margem de manobra para haver críticas por parte dos interessados. Nos critérios apresentados não há nada que diga que o primeiro item é mais valorizado do que o segundo ou o terceiro, só porque está naquela lista em primeiro lugar.

A Senhora Presidente informou que seguem aquela ordem dos critérios de prioridade, estando em primeiro lugar a renovação da inscrição. Defendeu que, se tratando de uma renovação, a mesma tem de ter prioridade em relação aos outros critérios. Há que criar estabilidade às crianças, garantindo que continuem no mesmo espaço até terminarem o seu percurso. O bem-estar das crianças está em primeiro lugar e prevalece sobre todas e quaisquer outras questões.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que continua a defender que a pontuação é importante. Admite que o primeiro ponto possa ter um critério de valorização superior aos restantes e percebeu a ideia que a Senhora Presidente transmitiu que é a segurança de deixar as crianças no mesmo espaço, durante os anos consecutivos. No entanto, também é preciso pensar nas outras crianças que ficam excluídas, que podem reunir todos os outros itens, mas ficam excluídas pelo primeiro item.

A Senhora Presidente referiu que os critérios estão bem definidos e são explicados aos pais e nunca foram colocados problemas sobre esta questão. Não tem conhecimento de em reuniões de pais terem levantado qualquer dúvida sobre o assunto.

O Senhor Vereador Nelson Santos expôs que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado defendeu introduzir aqueles critérios de forma numérica, mas em sua opinião, aqueles critérios já são objetivos e não subjetivos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que entende que o critério numérico seria mais justo.



Em relação ao ponto número 11 do artigo 14.º, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou esclarecimentos sobre o mesmo.

A Senhora Presidente leu o ponto 11 daquele artigo que refere: "O pagamento das mensalidades deverá ser efetuado até ao dia 10 do mês a que diz respeito, junto de uma Assistente Técnica do CATL, durante o seu horário de funcionamento. Se após o dia 10 de cada mês, o encarregado de educação não proceder ao pagamento da mensalidade, é aplicada uma coima de 50% sobre o seu valor, que deverá ser paga junto com a mensalidade em atraso." e referiu que é uma forma de penalizar quem não cumpre com os pagamentos dentro do prazo estipulado. Acrescentou que este assunto também está a ser objeto de estudo no Regulamento Municipal de Gestão das Habitações de Arrendamento Social. Em sua opinião, entende que 50% é um valor elevado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que há pessoas que trabalham na privada e não têm dia certo para receber o seu ordenado, têm dificuldades em honrar os seus compromissos e para essas pessoas esta situação é altamente penalizadora. Pela falta do pagamento de prestações ao Banco, as pessoas não têm um agravamento tão significativo.

A Senhora Presidente após confirmar junto do Gabinete Jurídico a possibilidade de alteração do agravamento daquele valor, propôs a sua alteração de 50% para 20%, passando o ponto 11 do artigo 14.º a ter a seguinte redação:

"11 - O pagamento das mensalidades deverá ser efetuado até ao dia 10 do mês a que diz respeito, junto de uma Assistente Técnica do CATL, durante o seu horário de funcionamento. Se após o dia 10 de cada mês o encarregado de educação não proceder ao pagamento da mensalidade, a mensalidade em dívida é sujeita a agravamento, em 20%, sobre o seu valor, que deverá ser paga junto com a mensalidade em atraso."

Em relação ao ponto número 17 do artigo 14.º o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em sua opinião, não faz sentido que haja uma redução de 20% na comparticipação mensal, quando uma criança já tenha pelo menos um irmão/uma criança do mesmo agregado familiar a frequentar o CATL. Considera que já é uma mais-valia ter dois filhos no mesmo espaço, pela convivência entre os irmãos e pela facilidade de deslocação dos pais.

A Senhora Presidente referiu que entende ser uma forma de aliviar os encargos dessa família, com essa redução de 20% na comparticipação mensal, quando uma criança já tenha pelo menos um irmão/uma criança do mesmo agregado familiar a frequentar o CATL.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que concorda com a explicação dada pela Senhora Presidente, mas se o objetivo é aliviar os encargos dessa família, então não precisava do segundo filho estar naquele CATL. A partir do momento que tem o segundo filho, tem uma redução de 20%. Se a razão é reduzir os encargos das famílias com mais do que um



filho, concorda, mas não naquele espaço, pois até será uma forma de combater a falta de natalidade do nosso país.

O Senhor Vice-Presidente referiu que deve de ser um direito da própria criança ter o irmão consigo, não é uma mais-valia, mas é um direito. Está-se a facilitar o acesso a esse direito de a criança estar com o irmão.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que esse direito já ficou acautelado nos critérios de seleção referido no artigo 4.º. Acrescentou, que concorda com esse direito, mas a redução, em seu entender, não faz sentido, teria de ser pela existência de um irmão, mas não naquele espaço.

A Senhora Presidente referiu que essas mesmas crianças se frequentaram uma creche ou outro CATL também já beneficiaram desse desconto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse, novamente, que se a razão é reduzir os encargos das famílias, que seja para as famílias com mais do que um filho, mas não por terem os dois filhos naquele espaço.

Relativamente ao ponto número 12 do Artigo 14.º do próprio regulamento o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que quando referem, por um período superior a 2 meses, em sua opinião, deveria ser 3 meses, pois dar-se-ia mais algum tempo.

O Senhor Vice-Presidente referiu que, no seu entender, deve-se manter os dois meses, porque está bem claro na redação daquele artigo “sem qualquer justificação”. As pessoas têm de ser responsáveis pelos seus atos e não ter qualquer justificação por um período superior a dois meses, algo que entende ser inaceitável. Acrescentou, ainda, que tem de haver compromisso com as Instituições.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se por parte do CATL há contato com as famílias, tendo a Senhora Presidente respondido afirmativamente. Qualquer situação relacionada com as crianças, os pais são imediatamente contactados.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que tinha proposto uma alteração de 60 para 90 dias, ao ponto número 12 do Artigo 14.º, mas com base nas explicações do Senhor Vice-Presidente e da Senhora Presidente retirou a sua proposta.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que os números 3 e 4 do artigo 15.º criam a possibilidade de expulsão e, em seu entender, devia de ficar mais explícito qual o momento em que se cria a expulsão, ou seja, se esta dá-se mediante um processo disciplinar ou pelo currículo de maus comportamentos da criança.

A Senhora Presidente referiu que essas situações são analisadas casuisticamente e explicou o teor dos números 3 e 4 do artigo 15.º, fazendo referência que só numa situação mesmo muito grave poderá haver uma eventual anulação da inscrição.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que essas situações têm de ser bem analisadas e tem de haver bom senso. Mais referiu que irá abster-se nesta votação, porque



houve flexibilidade em alterar o valor do agravamento de 50% para 20%, no ponto 11 do artigo 14.º, caso contrário, votaria contra. Em sua opinião, este não é um documento perfeito e esta seria uma oportunidade para corrigi-lo, no intuito de o tornar mais claro e transparente.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta de alteração do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas;

2.º Submeter à apreciação pública a proposta de alteração do referido Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

#### **PONTO N.º 3 – DESPACHO - ADJUDICAÇÃO DA CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR E RESTAURANTE, SITO NA AV. VULCANOLÓGICA, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CONCELHO DE LAGOA - AÇORES:**

Na sequência do procedimento concursal para cessão do direito de exploração do bar e restaurante apresentado na reunião Camarária do passado dia 26 de julho, foi presente o despacho que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao procedimento concursal para cessão do direito de exploração do bar e restaurante, sito à Avenida Vulcanológica, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, e no uso das minhas competências legais, proponho o seguinte:

1.º Adjudicar o direito de exploração do bar e restaurante, sito à Avenida Vulcanológica, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, a João Paulo Resendes da Costa, pelo valor mensal de 1.550,00 € acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada.

2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vota a favor nesta deliberação, atendendo que a proposta apresentada pelo Senhor João Paulo Resendes da Costa foi a mais favorável e houve uma grande diferença de pontuação entre o primeiro e o segundo concorrente.



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis votos a favor, sendo cinco dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, e a abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Adjudicar o direito de exploração do bar e restaurante, sito à Avenida Vulcanológica, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, a João Paulo Resendes da Costa, pelo valor mensal de 1.550,00 € acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada;

2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:**

#### **PONTO N.º 4 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 24 de setembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 994.291,08 € (novecentos e noventa e quatro mil duzentos e noventa e um euros e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

#### **UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

#### **PONTO N.º 5 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – AMOREIRINHA, FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Pedro Manuel Marinho Peixoto de Sousa e Ana dos Santos Silva de Sousa Lima Peixoto de Sousa, casados no regime de separação de bens, residentes na Rua Duarte Lopes n.º 76, freguesia de Lordelo do Ouro, Concelho do Porto, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade dos prédios rústicos sitos à Amoreirinha, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 782/19900330 e inscritos na matriz predial rústica sob os artigos 93 e 94 Seção P.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

O requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, em regime de



compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta dos prédios rústicos sito à Amoreirinha, inscritos na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 782, e na matriz predial rústica sob o artigo matricial n.º 93, secção P e artigo matricial n.º 94, secção P da freguesia de Água de Pau.

À que referir do pedido de partilha do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta Autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

#### **PONTO N.º 6 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – CALDEIRA, FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Luís Alberto da Conceição Santos, casado com Maria do Carmo Homem de Figueiredo Conceição Santos, residentes na Rua do Póculo de Cima n.º 220, freguesia do Livramento, Concelho de Ponta Delgada, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade do prédio rústico sito à Caldeira s/n.º, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 2527/20131128 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 155 Seção AA.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

O requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, em regime de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta dos prédios rústicos sito à Caldeira s/n, inscritos na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 2527, e na matriz predial rústica sob o artigo matricial n.º 155, secção AA, da freguesia de Água de Pau.

À que referir do pedido de partilha do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta Autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”



A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

#### **DEPOIS DA ORDEM DO DIA:**

#### **ALTERAÇÃO DE DATA DE REUNIÃO CAMARÁRIA:**

A Senhora Presidente propôs a alteração da data da próxima reunião da Câmara Municipal, de forma a permitir uma melhor organização dos Serviços. Assim, a reunião agendada para o dia 8 de outubro passará para o dia 9 de outubro, às 09:00 horas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a alteração proposta;

2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público, no qual esteve presente o Senhor José Fernando Carneiro Sousa, morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa deu bom dia a todos e começou a sua intervenção referindo que gostou de assistir à discussão da proposta de alteração do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas e disse que “o ensino vem de casa”.

Deu os parabéns à Câmara Municipal pela apresentação dos dois votos de congratulação, a André Branquinho e José Raimundo.

Sobre a situação do Tecnoparque, referiu que já se vê luz no fim do túnel com as obras de construção do novo Hospital Internacional dos Açores e a fixação da empresa MG City.

Perguntou à Senhora Presidente qual o ponto de situação da lomba que existe na Rua Direita da Atalhada, pois houve um abaixo-assinado dos moradores contra a referida lomba.

A Senhora Presidente respondeu que foi enviado ofício à Direção Regional de Estradas, dando conhecimento do abaixo-assinado e tem conhecimento que a lomba vai ser alongada de forma a suavizar quem transita naquela via.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa alertou para a situação de colocação de vários pilaretes, no Concelho de Lagoa. Em sua opinião, estão a ser colocados em sítios que não se justifica, nomeadamente, na Atalhada, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.



O Senhor Vereador Fernando Jorge informou que aquela foi uma situação recorrente, pois a pessoa não conseguia todos os dias sair da sua casa, devido ao estacionamento abusivo junto à sua moradia.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa alertou, ainda, para o abuso por parte de quem utiliza o multibanco, na Rua Agente Técnico João Mota Amaral (sul), junto à Caixa Agrícola, que estacionam os carros em cima do passeio, o que dificulta a circulação quer para os peões quer para os veículos que têm que subir o passeio.

Mais referiu que na rua António Moniz Barreto existe um posto de iluminação desprotegido, pelo que a Senhora Presidente informou que dará nota desta situação aos Serviços da EDA.

O Senhor Vice-Presidente disse que ainda bem que há Munícipes como o Senhor José Fernando Carneiro Sousa que identificam e transmitem os problemas, porque com o contributo e a opinião dos Munícipes sobre questões que constataam e vivenciam no terreno é que esta Câmara Municipal pode melhorar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que no seguimento da exposição do Senhor José Fernando Carneiro Sousa e atendendo que também pertence à Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, sugeriu que os pedidos de colocação de pilaretes, no Concelho de Lagoa também fossem presentes para análise daquela Comissão de Trânsito.

A Senhora Presidente agradeceu a participação do Senhor José Fernando Carneiro Sousa.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

#### **ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:00 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  \_\_\_\_\_  
Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

, Técnica Superior, do Gabinete de





A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

A handwritten signature in dark ink, reading "Cristina Calisto", is written over a horizontal line.

CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO